Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte Acrítica
Data 3/1/99 Pg A 16
Class. 308

Prefeito de São Gabriel tem vencimentos reduzidos

Vereadores cortam salário de Amilton Gadelha ao aprovar novos critérios de remuneração

O prefeito Amilton Bezerra Gadelha (sem partido) e o vice-prefeito, Tiago Montalvo (também sem partido), do município de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus) entram o ano novo ganhando menos. A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, na última sessão do ano, realizada dia 11, projeto de lei de autoria do vereador Antonio Cardoso de Araújo (PSDB), que estabelece novos critérios para a remuneração do Executivo, inclusive o secretariado municipal, e do Legislativo, valendo para o salário do presidente da Câmara. A lei não altera os ganhos dos vereadores.

Conforme explicações da assessoria parlamentar da Câmara, o projeto de lei do vereador Araújo atende ao que determina a Emenda Constitucional nº 019, de 4 de junho deste ano, que disciplina os vencimentos dos Executivos federal, estadual e municipal, com alcance aos membros de todos os escalões desses poderes, e de todos os detentores de mandato eletivo (senadores, deputados estaduais e federais, e vereadores).

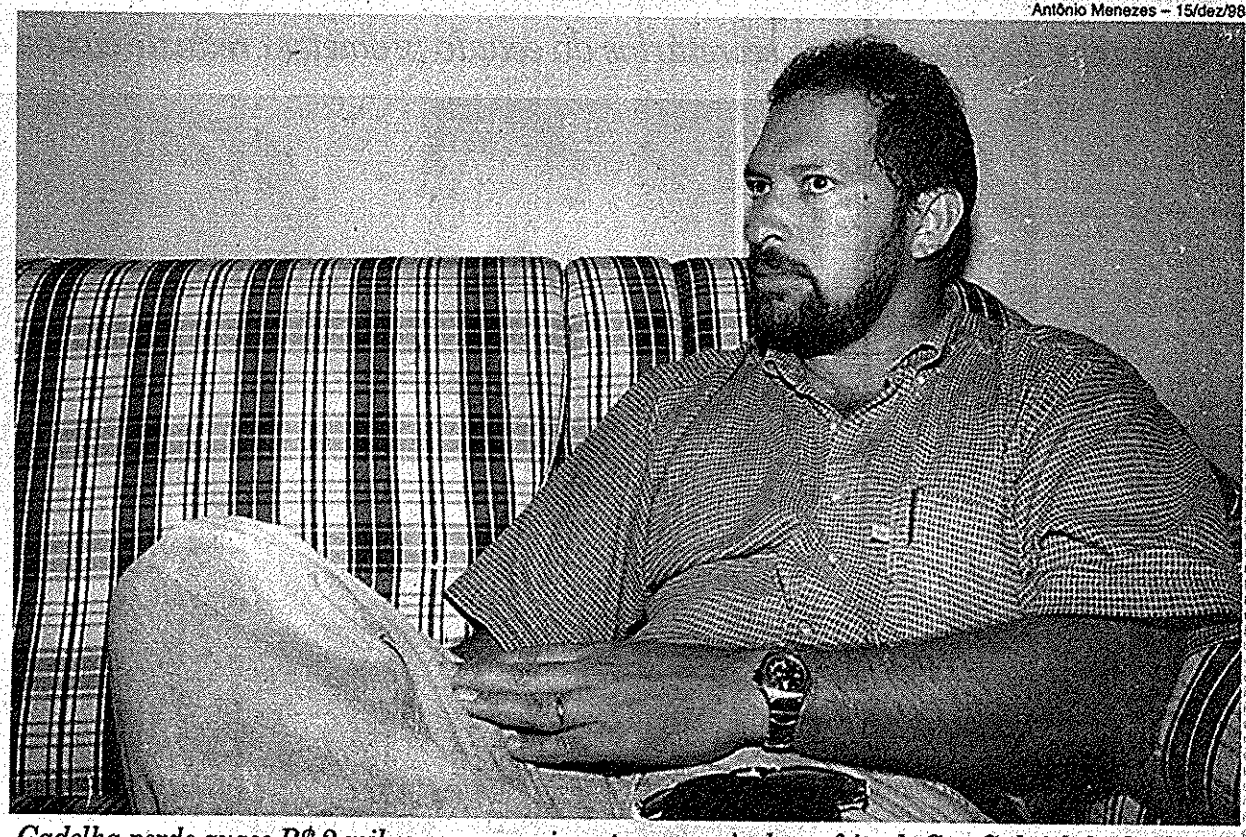
De acordo com a emenda, "o membro do Poder, o detentor de mandato eletivo, os ministros de estados e secretários estaduais e municipais, serão remunerados exclusivamente por subsídios fixados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verbas de representação ou outra espécie remuneratória".

Segundo a assessoria parlamentar da Câmara, com a lei aprovada pelo Legislativo de São Gabriel, o prefeito, que recebia em torno de R$ 8 mil mensais, passa a ganhar R$ 6,1 mil. O vice, de quase R$ 4,5 mil, agora vai ter direito a R$ 3 mil. Um secretário municipal passa a receber R$ 1,5 mil, em vez dos R$ 1,8 que percebia antes da lei.

O presidente da Câmara não poderá ser remunerado com mais de R$ 3,5 mil. Cada vereador vai manter o salário em torno de R$ 1,9 mil. A Casa tem nove vereadores e seis funcionários e consome uma folha de pagamento de R$ 24 mil. Desses, R$ 17 mil são distribuídos entre os nove parlamentares e R$ 7 mil vão para os servidores.

O autor do projeto disse que, ao elaborar a proposta, foi ao encontro não somente da norma constitucional, mas também da realidade que a Câmara e a prefeitura municipal enfrentarão a partir deste ano.

Antônio Menezes – 15/dez/98



Gadelha perde quase R$ 2 mil em seus vencimentos mensais de prefeito de São Gabriel da Cachoeira

Gadelha preocupado com 'dias difíceis'

Amilton Gadelha prevê dias difíceis para o município, ameaçado pelo "momento político cercado de dúvidas e à beira de uma recessão financeira" e pela provável redução dos repasses feitos às câmaras municipais em decorrência do projeto de lei do senador Esperidião Amin (PPB-SC), que fixa o porcentual de repasse às câmaras na proporção da população do município.

O valor que a prefeitura repassa à Câmara é de R$ 30 mil, 10% da arrecadação municipal. Se a proposta for aprovada, o repasse cai para R$ 21 mil, segundo cálculos da assessoria parlamentar. Segundo Antonio Araújo, a Câmara vai ter que demitir pelo menos dois servidores: "Dos 7% que a Câmara receber, 5% serão para os vereadores".

Secretários também sofrem corte

O prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Amilton Bezerra Gadelha, disse que está inteiramente de acordo com a lei aprovada pela Câmara Municipal que reduz o salário dele, mas discorda da diminuição dos vencimentos dos secretários e da manutenção dos valores que os vereadores recebem. "Não é justo que quem trabalha só uma vez na semana ganhe R$ 1,8 mil, enquanto que um secretário, que chega a trabalhar 12 horas em alguns dias, só receba R$ 1,5 mil", disse o prefeito. Antes da lei, um secretário municipal da prefeitura de São Gabriel ganhava o mesmo que um vereador.

Gadelha assinalou que foi ele próprio quem provocou a redução do salário dele, que baixou em torno de 40% com relação ao vencimento do prefeito que o precedeu, que ganhava R$ 13 mil. O prefeito contou que convocou os vereadores a um corte radical nos salários: "Propus que baixássemos em 50% os nossos ganhos", mas eles não toparam".

Para Gadelha, a redução do salário dos secretário é injusta e pode prejudicar seu governo. Segundo ele, todos os secretários municipais têm nível superior, o que valoriza mais o valor do trabalho deles: "Com o corte nos salários, fica difícil encontrar técnicos capacitados que se subordinem a trabalhar por baixo salário".

O prefeito acentuou que a redução dos salários dos secretários imposta pela Câmara é "ilegal e imoral".